



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP FMS COM ITENS EXCLUSIVOS PARA
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO
PORTE E EQUIPARADAS E COM ITENS NÃO EXCLUSIVOS Nº 055/2019.**

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2019
(Processo Administrativo n.º 45.739/2017)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da Fundação Municipal de Saúde, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto Municipal nº 142, de 04 de agosto de 2004, do Decreto Municipal nº 057, de 10 de março de 2009, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25/09/2019.

Horário: 10:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro Formal de Preços para futura e eventual **aquisição de medicamentos (ANTIMICROBIANOS) para atender as Unidades de Urgência, Emergência, SAMU, Atenção Especializada e Atenção Básica de Saúde do Município de São Gonçalo.**

1.2 A licitação será pelo tipo de menor preço por item conforme tabela constante no Termo de Referência.

2 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 O órgão gerenciador será a Fundação Municipal de Saúde.

3 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. **As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. Decreto nº 7.892/2014, alterado pelo Decreto Federal nº 8.488/2018 e Decreto Estadual nº 44.857/2014.**

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

5.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, cuja finalidade social abranja o objeto deste certame, sendo que para os **Itens Exclusivos** correspondentes aos itens com valores máximos estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados **exclusivamente** a participação de **MEI/ME/EPP e Equiparadas que são os itens: 1, 3, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 16, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 72, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98 e 99**, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, para os **itens NÃO EXCLUSIVOS** os demais itens: **02, 06, 07, 08, 09, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 30, 34, 39, 42, 47, 48, 50, 53, 59, 64, 65, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 86, 93 e 96** correspondentes aos itens com valores estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), todos identificados na Proposta Comercial – Anexo III do Edital, destinados a participação tanto de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** como também de quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1 Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas ou sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4 empresas que se encontrem sob o regime falimentar;

5.2.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.1.2 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas ou sociedade cooperativa;

5.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

5.3.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6 DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 valor unitário por item;

6.6.2 valor global do item;

6.6.3 a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência;

6.6.3.1 em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista.

6.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7 DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário, limitado a quatro casas decimais.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7.14 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.14.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável.

8.2.1 Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.3 **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, *folders*/encartes de cada item vencedor, se for o caso; assim como a sua documentação de habilitação, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 hrs (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único.**

8.4 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone (21) 2199-6442 / 2199-6329. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

8.5 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone (21) 2199-6442 / 2199-6329 ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:INI DONEO);

9.1.5 Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

9.1.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **conforme previsto pelo subitem 8.3**, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4 Habilitação jurídica:

9.4.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.3 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.5.2 prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9.5.3 prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

9.5.4 prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

9.5.5 prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

9.5.6 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.7 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.8 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6 Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

9.7 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

9.7.1 Licença Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o que determina a legislação vigente;

9.7.2 Comprovação de Autorização de Funcionamento e Regularidade junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Comum e Especial quando cotar itens regulados pela Portaria 344/98;

9.7.3 Cópia autenticada do Certificado de Regularidade do ano vigente emitido pelo Conselho Regional de Farmácia da empresa participante do processo licitatório;

9.7.4 No caso da empresa não ser fabricante do objeto, deverá apresentar o certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento e/ou protocolo do requerimento do referido Certificado emitido pela ANVISA, acrescido do relatório de inspeção aprovado pela Vigilância Sanitária (VISA), referente ao objeto licitado, conforme determinação da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria do Ministério da Saúde nº 802/98.

9.8 DO(S) PRODUTO(S)

9.8.1 Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, nos termos da Portaria nº. 2.814/GM, de 29/05/1998 (Alteração dada pela Portaria nº 3.765, de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

25/10/1998) e Lei N.º 6.360, de 23/09/1976, regulamentado através do Decreto N.º 79.094 de 05/01/77 (www.anvisa.gov.br), emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde, de cada item cotado em nome do licitante, ou em Nome de quem o registro foi emitido, na forma a seguir:

9.8.2 Certificado de Registro de Medicamento, em original e/ou de publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou impresso por meio eletrônico ou qualquer processo de cópia autenticada. Quanto à autenticidade de documentos emitidos por meio eletrônico o (a) pregoeiro(a) poderá efetuar pesquisa através de consultas aos seus respectivos sites oficiais;

9.8.3 Caso o produto cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro, a cópia dos Registros de Medicamentos ou publicações no DOU e/ou os impressos por meio eletrônico de sites oficiais deverão ser identificados com o número do item a que se refere, a fim de facilitar a análise;

9.8.4 Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, em nome do fabricante do medicamento, por linha de produção/produtos, publicada no DOU, de acordo com a RDC n.º 210 de 04/08/2003, emitido pela ANVISA, em original e/ou de publicação no Diário Oficial da União ou impresso por meio eletrônico ou qualquer processo de cópia autenticada. Quanto a autenticidade de documentos emitidos por meio eletrônico o pregoeiro poderá efetuar pesquisa através de consulta aos seus respectivos sites oficiais.

9.8.5 Tratando-se de produto importado, apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle do país de origem, traduzido para o português por tradutor juramentado e com autenticação do consulado no Brasil;

9.8.6 Somente serão aceitos documentos que encontrarem em situação regular de data em vigência na conferência.

9.9 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes **conforme o subitem 8.3, ou seja, ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 hrs (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único, observado o disposto no item 8.7 deste edital.**

9.9.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 A menor proposta ofertada pela microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.10.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.13 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.14 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 8.3 a 8.7 deste edital**, e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/*folders* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) item(ns) vencidos no certame.

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

13.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor (es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado receberá a Nota de Empenho por meio eletrônico ou via postal, ou poderá retirá-la nas dependências de cada órgão participante, no prazo de 05 (cinco) dias após a notificação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, LISTA DE EMPRESAS SANCIONADAS DO TCE, CNJ E CEIS pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

14.3 O prazo previsto no subitem 14.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

14.3.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o fornecedor registrado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15 - DO PREÇO

15.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

15.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

15.3 A empresa contratada deverá demonstrar expressamente na Nota Fiscal a isenção do ICMS para medicamentos que constem na Resolução CONFAZ nº 87/02 e suas atualizações, como também no Convênio ICMS nº 162/94 e suas atualizações e regulamentações locais.

16 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18 DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

18.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.11.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{6}{100}$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não mantiver a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1 Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;

19.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

19.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

19.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

20.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 21.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/licitacaoc/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.10.1 ANEXO I - Termo de Referência;
 - 21.10.2 ANEXO II – Parecer Técnico;
 - 21.10.3 ANEXO III– Proposta Comercial;
 - 21.10.4 ANEXO IV – Ata de Registro de Preços.

São Gonçalo, 05 de setembro de 2019.

DEIVID ROBERT DE CRESCI CAMPOS
Presidente da Fundação Municipal de Saúde
Mat. 40.804



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1- INTRODUÇÃO:

REGISTRO FORMAL DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS UNIDADES DE URGÊNCIA, EMERGENCIA, SAMU, ATENÇÃO ESPECIALIZADA E ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO– SEMSA / FMS

2 – JUSTIFICATIVA

A presente aquisição visa suprir a necessidade de consumo médico-hospitalar nas unidades de Urgência, Emergência, Samu, Atenção Especializada e Atenção Básica de Saúde no Município de São Gonçalo de maneira a acolher as necessidades da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), por um período de 12 (doze) meses.

Considerando que 75% (setenta e cinco) por cento da população de São Gonçalo ser dependente do SUS (Sistema Único de Saúde), sendo este percentual crescente devido ao grande número de desempregados na região Metropolitana II.

Considerando os Estudos de consumo de anos anteriores;

Considerando o perfil sócio-econômico do município;

3– OBJETIVOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Este documento tem por finalidade fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, promovido para contratação de fornecimento acima referido, bem como estabelecer as obrigações da empresa.

A Secretaria Municipal de Saúde não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os medicamentos de acordo com a sua necessidade podendo ser maior ou menor;

Os medicamentos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário;

4 - OBJETO E QUANTITATIVO:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ITEM	CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS						
1	BR0268370	Aciclovir 200mg / comprimido	CP	22.400	0,32	7.168,00
2	BR0268374	Aciclovir 250mg Injetável	F/A	5.000	17,02	85.100,00
3	BR0268375	Aciclovir Creme 50mg/G bisnaga10g	BI	8.000	2,90	23.200,00
4	BR0268381	Amicacina 250mg/MI 2ml	AP	7.000	1,63	11.410,00
5	BR0268383	Amicacina 50mg/MI 2ml	AP	3.500	2,02	7.070,00
6	BR0271089	Amoxicilina 500 Mg	CP	1.000.000	0,17	170.000,00
7	BR0271111	Amoxicilina Pó Para Suspensão Oral 50mg/MI - 60ml	FR	45.000	3,71	166.950,00
8	BR0271100	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 1g + 200mg, injetável.	F/A	25.000	10,05	251.250,00
9	BR0271217	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 500mg + 125mg.	CP	100.000	1,25	125.000,00
10	BR0448841	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 50mg + 12,5mg/ml, suspensão – frasco 105 ml	FR	15.000	14,54	218.100,00
11	BR0268207	Ampicilina 1g - Injetável	F/A	10.000	3,35	33.500,00
12	BR0270556	Ampicilina 1g + Subactan 0,5 G	F/A	5.000	8,54	42.700,00
13	BR0268395	Anfotericina B, 50 mg, injetável	F/A	2.000	22,79	45.580,00
14	BR0267140	Azitromicina 500 Mg	CP	32.000	0,60	19.200,00
15	BR0314517	Azitromicina Suspensão Oral 40mg/MI Frasco 15ml	FR	40.000	6,99	279.600,00
16	BR0314517	Azitromicina, Pó P/ Suspensão Oral - Frascos 600mg	FR	6.400	4,55	29.120,00
17	BR0270612	Benzilpenicilina Benzatina Pó Para Suspensão Injetável 1.200.000 U.I.	F/A	50.000	7,71	385.500,00
18	BR0270613	Benzilpenicilina Benzatina Pó Para Suspensão Injetável 600.000 U.I.	F/A	35.000	7,94	277.900,00
19	BR0270616	Benzilpenicilina Cristalina 5.000.000 UI - injetável	F/A	12.000	8,98	107.760,00
20	BR0270614	Benzilpenicilina, potássica, associada à penicilina procainada, 100.000ui + 300.000ui, injetável	F/A	21.500	4,87	104.705,00
21	BR0267625	Cefalexina Sódica Ou Cefalexina, Cloridrato De, 500mg	CP	1.000.000	0,29	290.000,00
22	BR0331555	Cefalexina Sódica Ou Cefalexina, Cloridrato De, Suspensão Oral 50 Mg/MI 60ml	FR	60.000	6,31	378.600,00
23	BR0268228	Cefalotina sódica, 1 g, injetável	F/A	30.000	2,83	84.900,00
24	BR0339847	Cefazolina sódica, 1 g, injetável	F/A	3.500	5,70	19.950,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

25	BR0392249	Cefepima cloridrato, 1 g, pó liófilo p/ injetável	F/A	8.000	6,40	51.200,00
26	BR0339847	Cefepima cloridrato, 2 g, pó liófilo p/ injetável	F/A	8.000	10,04	80.320,00
27	BR0268411	Cefotaxima sódica, 1 g, injetável	F/A	2.500	10,12	25.300,00
28	BR0269960	Cefoxitina sódica, 1 g, injetável	F/A	5.000	10,43	52.150,00
29	BR0442694	Ceftazidima, 1 g, injetável	F/A	5.000	7,33	36.650,00
30	BR0268414	Ceftriaxona sódica, 1 g, endovenoso	F/A	30.000	6,72	201.600,00
31	BR0268415	Ceftriaxona sódica, 1 g, intramuscular	F/A	5.000	11,10	55.500,00
32	BR0271988	Cefuroxima 250mg	CP	5.000	2,99	14.950,00
33	BR0271989	Cefuroxima 500mg	CP	5.000	5,21	26.050,00
34	BR0333130	Cefuroxima, 50 mg/ml, pó p/ suspensão oral - frasco 50 ml	FR	30.000	45,45	1.363.500,00
35	BR0442709	Cefuroxima, 750 mg, injetável	F/A	10.000	6,09	60.900,00
36	BR0267151	Cetoconazol Comprimido 200 mg	CP	5.000	0,19	950,00
37	BR0308736	Cetoconazol, 20 mg/g, creme tópico/30g	BI	23.500	2,20	51.700,00
38	BR0268422	Cetoprofeno 50 Mg	CS	10.000	0,44	4.400,00
39	BR0292418	Ciprofloxacino cloridrato, 2 mg/ml, solução injetável - frasco 100 ml	BS	80.000	21,61	1.728.800,00
40	BR0267632	Ciprofloxacino, Cloridrato De, 500mg	CP	200.000	0,21	42.000,00
41	BR0268439	Claritromicina 500mg	CP	8.000	3,45	27.600,00
42	BR0268440	Claritromicina 500mg injetável	F/A	3.000	36,95	110.850,00
43	BR0269987	Claritromicina, 25 mg/ml, granulado para suspensão oral - frasco 60 ml	FR	1.000	40,70	40.700,00
44	BR0292419	Clindamicina, 150 mg/ml, solução injetável - ampola 4 ml	AP	20.000	2,44	48.800,00
45	BR0268959	Colagenase 1,2 U/G – bisnaga 30 g	BI	1.000	14,08	14.080,00
46	BR0270494	Colagenase, associada com cloranfenicol, 0,6ui + 1%, bisnaga 30g	BI	10.000	7,90	79.000,00
47	BR0269992	Eritromicina, Estearato De, Comprimido 500mg	CP	75.000	1,72	129.000,00
48	BR0269997	Eritromicina, Estearato De, Suspensão Oral 25mg/ 60ml	FR	16.000	7,27	116.320,00
49	BR0274149	Ertapenen 1g	F/A	100	332,93	33.293,00
50	BR0270621	Escopolamina + Dipirona 4 Mg/MI + 500mg/MI 5ml	AP	80.000	1,39	111.200,00
51	BR0267283	Escopolamina 10mg	CP	51.200	0,55	28.160,00
52	BR0267282	Escopolamina 20mg/MI 1ml	AP	50.000	1,06	53.000,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

53	BR0270622	Escopolamina butilbrometo, associada com dipirona sódica, 6,67mg + 333mg/ml, solução oral/20 ml	FR	35.000	5,19	181.650,00
54	BR0270620	Escopolamina+Dipirona 10 Mg/250mg	DR	102.400	0,47	48.128,00
55	BR0267662	Fluconazol 150mg	CS	35.000	0,41	14.350,00
56	BR0271116	Fluconazol 2mg/ ml - injetável 100ml	BS	3.200	3,63	11.616,00
57	BR0269759	Gentamicina, 80 mg/ml, solução injetável / 2 ml	AP	16.000	0,91	14.560,00
58	BR0267671	Glibenclamida 5mg	CP	320.000	0,03	9.600,00
59	BR0342258	Imipenem, associado à cilastatina sódica, 500 mg, pó liófilo p/ injetável	F/A	6.000	17,49	104.940,00
60	BR0273320	Indometacina 50 Mg	CS	1.000	1,28	1.280,00
61	BR0268861	Itraconozal 100 Mg	CP	16.000	0,98	15.680,00
62	BR0376767	Ivermectina 6 Mg	CP	80.000	0,25	20.000,00
63	BR0305270	Levofloxacina 500 Mg	CP	5.000	0,89	4.450,00
64	BR0332985	Levofloxacino, 5 Mg/MI, Solução Injetável - Frasco 100 MI	BS	51.200	11,01	563.712,00
65	BR0273413	Linezolida, 2 mg/ml, solução injetável-Bolsa 300 ml	BS	9.600	42,28	405.888,00
66	BR0268488	Meropenem, 1 g, injetável	F/A	2.000	24,87	49.740,00
67	BR0268487	Meropenem, 500 mg, injetável	F/A	2.000	13,30	26.600,00
68	BR0267717	Metronidazol 250 Mg.	CP	400.000	0,12	48.000,00
69	BR0266863	Metronidazol Suspensão Oral 40mg/ frasco100ml	FR	50.000	7,29	364.500,00
70	BR0345300	Metronidazol, 100mg/g, creme vaginal com 10 aplicadores 50 G.	BI	50.000	4,69	234.500,00
71	BR0268162	Miconazol nitrato, 2%, creme vaginal - Bisnaga 80 g	BI	160.000	5,75	920.000,00
72	BR0268481	Midazolam, 5 mg/ 3ml, injetável	FR	13.000	1,28	16.640,00
73	BR0273455	Mupirocina, 20 Mg/G, Creme - Bisnaga 15 G	BI	80.000	12,33	986.400,00
74	BR0273166	Neomicina, 3,5mg/ 10g, pomada	BI	80.000	2,29	183.200,00
75	BR0273167	Neomicina, associada com bacitracina, 5mg + 250ui/ 10g pomada	BI	21.500	1,40	30.100,00
76	BR0273711	Nimesulida 50 Mg/MI 15ml	FR	50.000	1,69	84.500,00
77	BR0266788	Nistatina Creme Vaginal 25.000ui ,bisnaga 60g	BI	56.500	3,83	216.395,00
78	BR0267378	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml frasco 50ml	FR	28.500	4,12	117.420,00
79	BR0279297	Nistatina, associada com óxido de zinco, 100.000ui + 200mg/ 40g, creme	BI	6.500	11,12	72.280,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

80	BR0268285	Nitrazepam 5 Mg	CP	1.920	0,14	268,80
81	BR0268273	Nitrofurantoina 100 Mg	CS	5.000	0,30	1.500,00
82	BR0271609	Nortriptilina, Cloridrato 10 Mg	CS	50.000	0,83	41.500,00
83	BR0271606	Nortriptilina, Cloridrato 25 Mg	CS	260.000	0,24	62.400,00
84	BR0268277	Ocitocina, 5 Ui/ML, Solução Injetável Ampola 1ml	AP	50.000	1,19	59.500,00
85	BR0268513	Oxacilina, 500 Mg/ 2 ml, Injetável.	F/A	33.000	2,31	76.230,00
86	BR0271725	Piperacilina, associada com tazobactama, 4g + 500mg, injetável.	F/A	19.200	23,24	446.208,00
87	BR0268971	Polimixina b, 500.000ui, injetável.	F/A	1.000	30,84	30.840,00
88	BR0402199	Polimixina B, Associada Com Neomicina E Dexametasona, 6.000ui + 0,5% + 0,1%, Pomada Oftálmica - Bisnaga 3,5 G	BI	640	19,89	12.729,60
89	BR0270230	Polimixina B, Associada Com Neomicina E Dexametasona, 6.000ui + 0,5% + 0,1%, Solução Oftálmica - Frasco 5 ML	FR	640	12,27	7.852,80
90	BR0267765	Sulfadiazina, 500 Mg - Comprimido	CP	16.000	0,20	3.200,00
91	BR0272089	Sulfadiazina, de prata, 1%, Bisnaga 100 g	BI	3.000	12,59	37.770,00
92	BR0308882	Sulfametoxazol + Trimetoprima Comprimido 400mg + 80mg	CP	163.000	0,10	16.300,00
93	BR0308884	Sulfametoxazol + Trimetoprima Suspensão Oral 40mg + 8mg/ML - frasco 100ml	FR	40.000	2,25	90.000,00
94	BR0308884	Sulfametoxazol, Associado À Trimetoprima, 40mg + 8mg/ML, Suspensão Oral - Frasco 60ml.	FR	6.400	1,75	11.200,00
95	BR0308885	Sulfametoxazol, Associado À Trimetoprima, 80mg + 16mg/ML, Solução Injetável - Ampola 5ml	AP	6.500	8,30	53.950,00
96	BR0268528	Teicoplanina 400mg	F/A	5.000	35,42	177.100,00
97	BR0272851	Topiramato 100 Mg	CP	8.000	0,70	5.600,00
98	BR0328529	Valproato De Sódio 250mg	CP	128.000	0,32	40.960,00
99	BR0268540	Vancomicina cloridrato, 500 MG, injetável.	F/A	6.500	5,08	33.020,00
TOTAL						13.706.494,20

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

5 . MÉTODO E ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

O prazo de entrega do(s) objeto(s) é de 15(quinze) dias corridos, contados da retirada da nota de empenho pela Contratada;

O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) de segunda a sexta-feira, das 09 às 16 horas, no Almoxarifado Central, localizado à Rua Doutor Francisco Portela, n.º 2.421, Parada 40 – São Gonçalo/RJ;

O(s) objeto(s) não poderá(ão) ter validade na data da entrega inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, contra defeitos decorrentes de fabricação e deverá ser realizada a substituição quando for o caso, sem qualquer ônus à Fundação de Municipal de Saúde.

Correrão por conta da Contratada, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes à entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo, etc.

O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em perfeito estado e em sua(s) embalagem(ns) original(is) e em língua portuguesa ou rótulo com as mesmas características, a data de fabricação, modelo, garantia, prazo de validade, lote e o numero de registro de ANVISA/INMETRO, etc.;

Os medicamentos deverão vir acompanhados de laudo analítico - laboratorial, expedido pela empresa produtora/ titular do registro na Agencia Nacional e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS;

- Poderá ser dispensado o recebimento provisório. Dispensado, o mesmo será substituído por recibo a ser emitido pelo responsável do Almoxarifado Central;
- O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregues acompanhados da nota fiscal, onde constará detalhadamente, entre outros, as indicações da marca, fabricante, modelo, procedência, garantia e seu prazo, etc.

O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo requisitante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado;

- Na hipótese de a verificação a que se refere à cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do(s) objeto(s) não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

O recebimento do(s) objeto(s) de valor(es) superior(es) a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

6. VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo de validade das propostas não deverá ser inferior a 60 dias a contar da data de sua emissão.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7. VALIDADE DO REGISTRO

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

8. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Licença Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o que determina a legislação vigente;

Comprovação de Autorização de Funcionamento e Regularidade junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Comum e Especial quando cotar itens regulados pela Portaria 344/98;

Cópia autenticada do Certificado de Regularidade do ano vigente emitido pelo Conselho Regional de Farmácia da empresa participante do processo licitatório;

No caso da empresa não ser fabricante do objeto, deverá apresentar o certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento e/ou protocolo do requerimento do referido Certificado emitido pela ANVISA, acrescido do relatório de inspeção aprovado pela Vigilância Sanitária (VISA), referente ao objeto licitado, conforme determinação da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria do Ministério da Saúde nº 802/98;

9– DO(S) PRODUTO(S)

Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, nos termos da Portaria nº. 2.814/GM, de 29/05/1998 (Alteração dada pela Portaria nº 3.765, de 25/10/1998) e Lei N.º 6.360, de 23/09/1976, regulamentado através do Decreto N.º 79.094 de 05/01/77 (www.anvisa.gov.br), emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde, de cada item cotado em nome do licitante, ou em Nome de quem o registro foi emitido, na forma a seguir:

- Certificado de Registro de Medicamento, em original e/ou de publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou impresso por meio eletrônico ou qualquer processo de cópia autenticada. Quanto à autenticidade de documentos emitidos por meio eletrônico o (a) pregoeiro(a) poderá efetuar pesquisa através de consultas aos seus respectivos sites oficiais;
- Caso o produto cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro, a cópia dos Registros de Medicamentos ou publicações no DOU e/ou os impressos por meio eletrônico de sites oficiais deverão ser identificados com o número do item a que se refere, a fim de facilitar a análise;

Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, em nome do fabricante do medicamento, por linha de produção/produtos, publicada no DOU, de acordo com a RDC n.º 210 de 04/08/2003, emitido pela ANVISA, em original e/ou de publicação no Diário Oficial da União ou impresso por meio eletrônico ou qualquer processo de cópia autenticada. Quanto a autenticidade de documentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

emitidos por meio eletrônico o pregoeiro poderá efetuar pesquisa através de consulta aos seus respectivos sites oficiais.

- Tratando-se de produto importado, apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle do país de origem, traduzido para o português por tradutor juramentado e com autenticação do consulado no Brasil;

Somente serão aceitos documentos que encontrarem em situação regular de data em vigência na conferência.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

10.1 A CONTRATADA obriga-se a:

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrente da boa e perfeita execução do objeto;

- Efetuar a entrega do(s) objeto(s) em perfeita(s) condição(ões), no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e demais anexos, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), conforme Cláusula 05;
- Informar as condições de armazenamento adequado do objeto, mediante documento escrito e assinado pelo fabricante ou empresa autorizada pelo mesmo;
- Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do(s) objeto(s), de acordo com a Legislação Cosumerista (Lei Federal n ° 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- Responsabilizar-se pelo transporte, zelo pela conservação do(s) objeto(s) e pela(s) despesa(s) oriunda do(s) mesmo(s) até o local de entrega bem como todos os encargos tributários e outros encargos inerentes aos fornecimentos do(s) objeto(s);
- Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, em **10 (dez) dias**, o(s) objeto(s) em que se verifique(m) vício(s), defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Prestar esclarecimentos a Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam independentemente de solicitação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

10.2 A CONTRATANTE obriga-se a:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue, quando em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos e legislação aplicável;
- Notificar, por intermédio de qualquer meio hábil, à Contratada por quaisquer irregularidades encontradas na execução do contrato;
- A Contratada não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/02 e do Decreto municipal n.º 142/2004 e 057 de 10 de março de 2009.

15. DO FUNDAMENTO LEGAL:

A aquisição dos objetos do presente Termo de Referência tem amparo legal no Decreto municipal n.º 142/2004 e n.º 057 de 10 de março de 2009 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93**17**.

16. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

A administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A Contratada que cometer algumas das infrações constantes nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal n.º 142, de 04 de agosto de 2004, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

Multa moratória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias a serem fixados pelo Edital e minuta contratual;

Multa compensatória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta pelo prazo de até cinco anos, quando houver declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Administração ressarcir a pelos prejuízos causados, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior

Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, incisos III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993, e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18 - DO PAGAMENTO:

Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

- Pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira, Agência e conta corrente);
- Cópia da nota fiscal, devidamente atestadas, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e a de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

19- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos correrão a conta do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde através do **Programa de Trabalho - ND – e Fonte de Recursos** – e consta na proposta encaminhada da **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA** e tem compatibilidade com o **PLANO PLURIANUAL** – para o exercício de **2019** do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO II - PARECER TÉCNICO

PARÂMETROS DE ACEITABILIDADE E REPROBABILIDADE DO ITEM

Processo:	Pregão:	Número do Item:
------------------	----------------	------------------------

1. IDENTIFICAÇÃO DO ITEM:

1.1. DESCRIÇÃO DO ITEM:		
1.2. CATMAT	1.3. NÚMERO DO REGISTRO	1.4. UNIDADE DE FORNECIMENTO
1.5. FORNECEDOR	1.6. MARCA	1.7. FABRICANTE

2. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:

NOME:		
MATRICULA:	LOTAÇÃO:	CARGO:

3 - CARACTERÍSTICAS AVALIADAS:

CRITÉRIOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
3.1 - Atendimento ao descritivo.				
3.2 – Atendimento à Unidade de Fornecimento				
3.3 – Qualidade do acabamento.				
3.4 - Embalagem com informações em Língua Portuguesa.				



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.5 - Data de validade dentro do especificado neste termo e visível na embalagem.				
3.6 - Registro ANVISA dentro do prazo de vigência e visível na embalagem.				
3.7 - Instrução de Uso que oriente a utilização adequada do insumo.				
3.8 - Anvisa, normas e legislações vigentes.				
3.9 – Atende às demais condições do deste Termo de Referência.				

4. RESULTADO DO TESTE

() Aprovado	() Reprovado
---------------------	----------------------

5. JUSTIFICATIVA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DE ITEM

--

Data: ____/____/____

Responsáveis:

(Assinatura e Matrícula)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP				Nº 055/2019		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1.	22.400	CP	Aciclovir 200mg / comprimido ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
2.	5.000	F/A	Aciclovir 250mg Injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
3.	8.000	BI	Aciclovir Creme 50mg/G bisnaga10g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
4.	7.000	AP	Amicacina 250mg/ML 2ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
5.	3.500	AP	Amicacina 50mg/ML 2ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
6.	1.000.000	CP	Amoxicilina 500 Mg ITEM NÃO EXCLUSIVO			
7.	45.000	FR	Amoxicilina Pó Para Suspensão Oral 50mg/ML - 60ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
8.	25.000	F/A	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 1g + 200mg, injetável. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
9.	100.000	CP	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 500mg + 125mg. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
10.	15.000	FR	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 50mg + 12,5mg/ml, suspensão – frasco 105 ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
11.	10.000	F/A	Ampicilina 1g – Injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
12.	5.000	F/A	Ampicilina 1g + Subactan 0,5 G ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
13.	2.000	F/A	Anfotericina B, 50 mg, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

14.	32.000	CP	Azitromicina 500 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
15.	40.000	FR	Azitromicina Suspensão Oral 40mg/MI Frasco 15ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
16.	6.400	FR	Azitromicina, Pó P/ Suspensão Oral - Frascos 600mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
17.	50.000	F/A	Benzilpenicilina Benzatina Pó Para Suspensão Injetável 1.200.000 U.I. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
18.	35.000	F/A	Benzilpenicilina Benzatina Pó Para Suspensão Injetável 600.000 U.I. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
19.	12.000	F/A	Benzilpenicilina Cristalina 5.000.000 UI – injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
20.	21.500	F/A	Benzilpenicilina, potássica, associada à penicilina procainada, 100.000ui + 300.000ui, injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
21.	1.000.000	CP	Cefalexina Sódica Ou Cefalexina, Cloridrato De, 500mg ITEM NÃO EXCLUSIVO			
22.	60.000	FR	Cefalexina Sódica Ou Cefalexina, Cloridrato De, Suspensão Oral 50 Mg/MI 60ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
23.	30.000	F/A	Cefalotina sódica, 1 g, injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
24.	3.500	F/A	Cefazolina sódica, 1 g, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
25.	8.000	F/A	Cefepima cloridrato, 1 g, pó líofilo p/ injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
26.	8.000	F/A	Cefepima cloridrato, 2 g, pó líofilo p/ injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
27.	2.500	F/A	Cefotaxima sódica, 1 g, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
28.	5.000	F/A	Cefoxitina sódica, 1 g, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
29.	5.000	F/A	Ceftazidima, 1 g, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
30.	30.000	F/A	Ceftriaxona sódica, 1 g, endovenoso ITEM NÃO EXCLUSIVO			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

31.	5.000	F/A	Ceftriaxona sódica, 1 g, intramuscular ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
32.	5.000	CP	Cefuroxima 250mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
33.	5.000	CP	Cefuroxima 500mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
34.	30.000	FR	Cefuroxima, 50 mg/ml, pó p/ suspensão oral - frasco 50 ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
35.	10.000	F/A	Cefuroxima, 750 mg, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
36.	5.000	CP	Cetoconazol Comprimido 200 mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
37.	23.500	BI	Cetoconazol, 20 mg/g, creme tópico/30g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
38.	10.000	CS	Cetoprofeno 50 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
39.	80.000	BS	Ciprofloxacino cloridrato, 2 mg/ml, solução injetável - frasco 100 ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
40.	200.000	CP	Ciprofloxacino, Cloridrato De, 500mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
41.	8.000	CP	Claritromicina 500mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
42.	3.000	F/A	Claritromicina 500mg injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
43.	1.000	FR	Claritromicina, 25 mg/ml, granulado para suspensão oral - frasco 60 ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
44.	20.000	AP	Clindamicina, 150 mg/ml, solução injetável - ampola 4 ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
45.	1.000	BI	Colagenase 1,2 U/G – bisnaga 30 g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
46.	10.000	BI	Colagenase, associada com cloranfenicol, 0,6ui + 1%, bisnaga 30g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
47.	75.000	CP	Eritromicina, Estearato De, Comprimido 500mg ITEM NÃO EXCLUSIVO			
48.	16.000	FR	Eritromicina, Estearato De, Suspensão Oral 25mg/ 60ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

49.	100	F/A	Ertapenem 1g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
50.	80.000	AP	Escopolamina + Dipirona 4 Mg/Ml + 500mg/Ml 5ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
51.	51.200	CP	Escopolamina 10mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
52.	50.000	AP	Escopolamina 20mg/Ml 1ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
53.	35.000	FR	Escopolamina butilbrometo, associada com dipirona sódica, 6,67mg + 333mg/ml, solução oral/20 ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
54.	102.400	DR	Escopolamina+Dipirona 10 Mg/250mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
55.	35.000	CS	Fluconazol 150mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
56.	3.200	BS	Fluconazol 2mg/ ml - injetável 100ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
57.	16.000	AP	Gentamicina, 80 mg/ml, solução injetável / 2 ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
58.	320.000	CP	Glibenclamida 5mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
59.	6.000	F/A	Imipenem, associado à cilastatina sódica, 500 mg, pó liófilo p/ injetável ITEM NÃO EXCLUSIVO			
60.	1.000	CS	Indometacina 50 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
61.	16.000	CP	Itraconozal 100 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
62.	80.000	CP	Ivermectina 6 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
63.	5.000	CP	Levofloxacin 500 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
64.	51.200	BS	Levofloxacin, 5 Mg/Ml, Solução Injetável - Frasco 100 Ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
65.	9.600	BS	Linezolida, 2 mg/ml, solução injetável-Bolsa 300 ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
66.	2.000	F/A	Meropenem, 1 g, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

67.	2.000	F/A	Meropenem, 500 mg, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
68.	400.000	CP	Metronidazol 250 Mg. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
69.	50.000	FR	Metronidazol Suspensão Oral 40mg/ frasco100ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
70.	50.000	BI	Metronidazol, 100mg/g, creme vaginal com 10 aplicadores 50 G. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
71.	160.000	BI	Miconazol nitrato, 2%, creme vaginal - Bisnaga 80 g ITEM NÃO EXCLUSIVO			
72.	13.000	FR	Midazolam, 5 mg/ 3ml, injetável ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
73.	80.000	BI	Mupirocina, 20 Mg/G, Creme - Bisnaga 15 G ITEM NÃO EXCLUSIVO			
74.	80.000	BI	Neomicina, 3,5mg/ 10g, pomada ITEM NÃO EXCLUSIVO			
75.	21.500	BI	Neomicina, associada com bacitracina, 5mg + 250ui/ 10g pomada ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
76.	50.000	FR	Nimesulida 50 Mg/ML 15ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
77.	56.500	BI	Nistatina Creme Vaginal 25.000ui ,bisnaga 60g ITEM NÃO EXCLUSIVO			
78.	28.500	FR	Nistatina suspensão oral 100.000 UI\ml frasco 50ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
79.	6.500	BI	Nistatina, associada com óxido de zinco, 100.000ui + 200mg/ 40g, creme ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
80.	1.920	CP	Nitrazepam 5 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
81.	5.000	CS	Nitrofurantoina 100 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
82.	50.000	CS	Nortriptilina, Cloridrato 10 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
83.	260.000	CS	Nortriptilina, Cloridrato 25 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
84.	50.000	AP	Ocitocina, 5 Ui/ML, Solução Injetável Ampola 1ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

85.	33.000	F/A	Oxacilina, 500 Mg/ 2 ml, Injetável. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
86.	19.200	F/A	Piperacilina, associada com tazobactama, 4g + 500mg, injetável. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
87.	1.000	F/A	Polimixina b, 500.000ui, injetável. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
88.	640	BI	Polimixina B, Associada Com Neomicina E Dexametasona, 6.000ui + 0,5% + 0,1%, Pomada Oftálmica - Bisnaga 3,5 G ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
89.	640	FR	Polimixina B, Associada Com Neomicina E Dexametasona, 6.000ui + 0,5% + 0,1%, Solução Oftálmica - Frasco 5 Ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
90.	16.000	CP	Sulfadiazina, 500 Mg – Comprimido ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
91.	3.000	BI	Sulfadiazina, de prata, 1%, Bisnaga 100 g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
92.	163.000	CP	Sulfametoxazol + Trimetoprima Comprimido 400mg + 80mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
93.	40.000	FR	Sulfametoxazol + Trimetoprima Suspensão Oral 40mg + 8mg/Ml - frasco 100ml ITEM NÃO EXCLUSIVO			
94.	6.400	FR	Sulfametoxazol, Associado À Trimetoprima, 40mg + 8mg/Ml, Suspensão Oral - Frasco 60ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
95.	6.500	AP	Sulfametoxazol, Associado À Trimetoprima, 80mg + 16mg/Ml, Solução Injetável - Ampola 5ml ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
96.	5.000	F/A	Teicoplanina 400mg ITEM NÃO EXCLUSIVO			
97.	8.000	CP	Topiramato 100 Mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
98.	128.000	CP	Valproato De Sódio 250mg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
99.	6.500	F/A	Vancomicina cloridrato, 500 MG, injetável. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			

Valor total:

TOTAL POR EXTENSO R\$ _____

DATA

CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO IV

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Fundação Municipal de Saúde
N.º ____/2019**

A **Fundação Municipal de Saúde**, com sede na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 110, 13º andar - Centro - São Gonçalo, na cidade de São Gonçalo, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 39.260.120/0001-63, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, nomeado(a) pela Portaria nº _____ de ____ de _____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de _____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 055/2019, publicada no _____ de ____/____/2019, processo administrativo n.º 45.739/2017, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **medicamentos (ANTIMICROBIANOS) para atender as unidades de urgência, emergência, SAMU, Atenção Especializada e Atenção básica de saúde do município de São Gonçalo**, especificado no item 4 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP FMS nº 055/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)